



ACÓRDÃO Nº648/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12944/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto Municipal de Pensão e Aposentadoria de Nhamundá – IMPAN.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Sátiro Machado Vidal (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERPE.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 992/2022-DIMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Pensão e Aposentadoria de Nhamundá - IMPAN. Exercício de 2020.

Irregularidade. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10. **Julgar irregular** a prestação de contas anual do **Sr. Sátiro Machado Vidal**, presidente e ordenador de despesas do Instituto Municipal de Pensão e Aposentadoria de Nhamundá – IMPAN, exercício 2020, nos termos do art. 22, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM, em razão das seguintes impropriedades:

10.1.1. Ausência de Demonstrativo de Resultado de Avaliação Atuarial (DRAA) relativo ao exercício em questão;

10.1.2. Inexistência de Comitê de Investimento a fim de elaborar a política anual de investimentos dos recursos do regime próprio de previdência social;

10.1.3. Ausência de parecer técnico de órgão de controle interno;

10.1.4. Inexistência de Comitê de Investimento a fim de elaborar a política anual de investimentos dos recursos do regime próprio de previdência social;



ACÓRDÃO Nº648/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.: **Aplicar multa** ao **Sr. Sátiro Machado Vidal** no valor de **R\$14.000,00** (catorze mil reais), e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”, nos termos do art. 54, inciso VI, da LO-TCE/AM, em razão de atos praticados em grave infração às seguintes normas legais:

10.2.1. arts. 43 e 44, I, da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM;

10.2.2. art. 3º, alínea “d”, da Resolução nº 08/2011 – TCEAM;

10.2.3. art. 5º da Resolução CMN nº 3.922/2010;

10.2.4. art. 5º, inciso XVI, alínea “b”, da Portaria MPS nº 204/2008; e

10.2.5. art. 15, inciso II, da Portaria MPS nº 402/2008;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.: **Dar ciência** deste decisorio ao **Sr. Sátiro Machado Vidal**, presidente e ordenador de despesas do Instituto Municipal de Pensão e Aposentadoria de Nhamundá – IMPAN, exercício 2020.

11- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 4 de maio de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ári Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº648/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral, em substituição.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral, em substituição